



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 247/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1455/2015 (3 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Sra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD – Informação Conclusiva nº 02/2016 (fls. 569/574).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 962/2016–MPC–ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 575/576).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. SEMMAS. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Quitação. Recomendações à Origem. Determinação à SECEX. Encaminhamento. Adoção de Providências. Ciência ao Responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- JULGAR REGULAR COM RESSALVAS, a Prestação de Contas Anuais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS, exercício de 2014, sob a responsabilidade da Sra. **Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, Secretária Municipal, à época, nos termos do art. 1º, II, 22, II da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, II, da Resolução TCE nº 4/2002;

9.2- DAR QUITAÇÃO à Senhora Sra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, à época, nos termos do artigo 24, da Lei n. 2.423/1996, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução n. 4 de 23.05.2002;

9.3- RECOMENDAR à origem:

9.3.1- A observância aos ditames previstos na Lei 8.666/93, principalmente ao disposto no artigo 57, inciso II;

9.3.2- A observância do binômio custo x benefício, requisito essencial ao bom andamento da atividade da Administração e que a Instituição deva certificar-se qual o meio mais vantajoso para a Administração, sob pena de infração à norma legal;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 247/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Em conformidade com o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, acolhido pelo Relator, **DETERMINAR à SECEX** do TCE/AM que inclua nos Planos de Auditoria do Município de Manaus o levantamento da situação funcional dos servidores temporários do quadro de pessoal do Município de Manaus, especificamente quanto aos cargos que foram criados pela Emenda nº 79/2012 à Lei Orgânica Municipal de Manaus e ocupados por servidores que não criaram vínculo com a Administração Pública nos moldes do art. 37, II, da CF/88;

9.5- ENCAMINHAR, à guisa de recomendações, cópia do Relatório/Voto, para que não se repitam, em prestações de contas de futuros exercícios, as mesmas falhas detectadas;

9.6- Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, **adotar as providências** previstas no artigo 162, § 1º, do Regimento Interno;

9.7- Dar ciência da Decisão a Sra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente em exercício), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente em exercício

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral